



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2014



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2014 (REVISÃO DE ABRIL DE 2014)

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| 1. NOTA INTRODUTÓRIA | 3 |
| 2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E PRINCIPAIS LINHAS DE ATUAÇÃO | 4 |
| 3. MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA..... | 5 |
| 4. PREVISÕES E ORIENTAÇÕES ECONÓMICO-FINANCEIRAS..... | 6 |
| 5. PLANO DE INVESTIMENTOS E RESPECTIVA COBERTURA FINANCEIRA | 9 |
| 6. PRINCIPAIS RESULTADOS E INDICADORES PREVISIONAIS PARA 2014 | 11 |
| ANEXO 1 - ORÇAMENTO DE RENDIMENTOS..... | 12 |
| ANEXO 2 - ORÇAMENTO DE GASTOS..... | 13 |
| ANEXO 3 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS | 17 |
| ANEXO 4 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS..... | 18 |
| RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS | 22 |
| PARECER DO CONSELHO FISCAL | 23 |

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A elaboração do Plano de Atividades e Orçamentos da APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. (doravante denominada APS) para o ano de 2014 teve presente as orientações, princípios e pressupostos macroeconómicos transmitidos pelo ofício-circular 7037, de 21.11.2013, da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

A elaboração deste Plano, no que se refere à atividade a desenvolver ao longo do ano, considerou as previsões de tráfego elaboradas de acordo com as informações prestadas pelos operadores económicos que exercem a sua atividade nesta área portuária e industrial.

Esta versão do orçamento revê a que foi carregada no SIRIEF no final de Novembro de 2013, conforme determinado naquele ofício da DGTF. No entanto, por impossibilidade de uma avaliação, necessariamente rigorosa, em tempo útil, não incorpora, ainda, os efeitos da integração dos portos do Algarve no âmbito de gestão da APS como decorre do disposto no DL nº 44/2014, de 20 de Março, quer ao nível da atividade a desenvolver quer ao nível do balanço e das previsões de exploração da empresa.

Com efeito, o mencionado diploma determina, no seu artº 10º, um prazo de 180 dias para a aprovação pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e das infraestruturas portuárias da avaliação do património do IPTM, IP e dos bens dominiais e do domínio privado do Estado que transitam ou que ficam afetos à APS.

À avaliação do património mencionada acresce, ainda, a necessidade de identificar todo um conjunto de responsabilidades e de direitos que transitam para a empresa, nomeadamente:

- O quadro de pessoal, anteriormente afeto ao IPTM, IP a integrar na APS;
- A identificação, devidamente auditada, de todas as responsabilidades para com terceiros relativas aos domínios de intervenção do IPTM, IP que se integram agora na APS;
- Da mesma forma, a identificação de todos os créditos concedidos a terceiros;
- A definição de um plano de investimentos a implementar, com particular destaque para os que revelem maior urgência por dizerem respeito aos riscos que poderão existir para a operacionalidade das infraestruturas portuárias de Faro e de Portimão e para a segurança de pessoas e bens.

A incorporação dos resultados deste conjunto de avaliações terá, assim, uma influência significativa sobre o orçamento e as respetivas demonstrações financeiras previsionais.

No entanto, tendo presentes as disposições sobre autonomia de gestão decorrentes do DL nº 133/2013, de 3 de Outubro, a necessidade de assegurar o normal funcionamento da atividade da empresa, particularmente num período de tomada de decisão sobre importantes desenvolvimentos ligados ao Terminal de Contentores do Porto de Sines, impõe a apresentação, e subsequente aprovação pelo acionista, desta versão do Plano de Atividades e Orçamento para 2014, mesmo que condicionada à sua revisão logo que concluídos os trabalhos em curso para a avaliação dos efeitos da integração na empresa dos portos do Algarve.

2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E PRINCIPAIS LINHAS DE ATUAÇÃO

A atividade a desenvolver pela APS em 2014 continuará a ter presentes a visão e a missão definidas para o Porto de Sines, as quais se encontram formuladas da seguinte forma:

Missão

Assegurar o exercício das competências e atribuições de planeamento, modernização, promoção e regulação do Porto de Sines, visando a racionalização e otimização do aproveitamento dos seus recursos e a eficiência económica e operacional, no respeito pelos requisitos de segurança e ambientais, proporcionando satisfação aos clientes e valor acrescentado no mercado ibérico e europeu.

Visão

Ser um porto mais eficiente e competitivo que, tirando partido das suas infraestruturas portuárias e das suas características físicas e geográficas, se consolida como um ativo estratégico nacional com relevo no contexto portuário europeu e mundial.

Considera-se que o atual Plano Estratégico do Porto de Sines se encontra cumprido no seu essencial, pelo que se impõe a elaboração de um novo documento de planeamento a este nível. A recente concretização da integração dos portos do Algarve reforça a necessidade do lançamento a breve prazo dos trabalhos tendentes à sua realização.

O crescimento e desenvolvimento do Terminal XXI, nomeadamente com a eventual redefinição da sua Fase II, como proposto pela concessionária, será um dos principais vetores da atuação da APS em 2014, no sentido de permitir o aprofundamento da posição consolidada do Porto de Sines no mercado do “shipping” mundial de contentores.

Para tal, deverá a empresa desencadear os procedimentos necessários ao cumprimento das suas obrigações ao nível das infraestruturas básicas de proteção marítima necessárias ao desenvolvimento do terminal. Para tal, durante o ano de 2014 será elaborado o novo Estudo de Impacto Ambiental para a 3ª fase de Ampliação do Molhe Leste. Caso se concretize a autorização tutelar, já solicitada, serão igualmente executados os trabalhos de regularização de fundos na bacia de manobra do Terminal XXI num valor previsto de 10 milhões de euros.

Ao nível da simplificação de procedimentos importa transpor o bom exemplo da Janela Única Portuária (JUP) ao longo da cadeia logística, tornando-a mais competitiva e atrativa para os importadores e exportadores. A integração de todos os modos de transporte, das plataformas logísticas e dos transitários, são ações que devem ser desenvolvidas numa lógica de desenvolvimento numa Janela Única Logística (JUL), sustentadas numa forte articulação e parceria com os diferentes organismos públicos, nomeadamente com as Alfândegas.

Será, assim, fundamental uma nova visão integrada e económica do Porto de Sines sustentada numa boa compreensão das atuais dinâmicas de evolução do mundo da logística em geral e do *shipping* em particular, bem como de articulação ao nível da gestão do território, intermodalidade, gestão dos recursos disponíveis, ligação com as instituições da administração central e local e a participação de agentes económicos e sociais do sector.

3. MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA

A movimentação de mercadorias deverá crescer cerca de 5,3% relativamente ao final de 2013, atingindo 38,4 milhões de toneladas. Este crescimento assentará essencialmente no desenvolvimento continuado da atividade do Terminal de Contentores, para o qual se estima um aumento superior a 7% no número de TEU a movimentar, e ainda nos granéis líquidos com uma perspetiva global de crescimento de cerca de 4,8% para o qual muito contribui a recente expansão da refinaria de Sines.

O Orçamento 2014 tomou em conta a previsão de tráfegos elaborada conjuntamente com os agentes económicos que operam no porto, conforme quadro seguinte:

| - mil. toneladas - | | | | |
|-----------------------------|-------------------------|---------------|---------------|--------------|
| Tipo Carga | Tipo Produto | 2013 | 2014 | Var % |
| Granéis Líquidos | | 19.706 | 20.656 | 4,8% |
| | Ramas | 7.802 | 8.237 | 5,6% |
| | Refinados | 8.491 | 8.751 | 3,1% |
| | GPL | 574 | 699 | 21,8% |
| | GNL | 2.015 | 2.200 | 9,2% |
| | Olefinas | 358 | 361 | 0,9% |
| | Outros granéis líquidos | 466 | 409 | -12,2% |
| Granéis Sólidos | | 4.615 | 5.120 | 10,9% |
| | Carvão | 4.505 | 5.000 | 11,0% |
| | Cereais | 6 | 6 | - |
| | Minerais | 20 | 14 | -30,0% |
| | Outros granéis sólidos | 84 | 100 | 19,0% |
| Carga Geral | | 12.192 | 12.656 | 4,0% |
| | Fraccionada | 154 | 126 | -18,2% |
| | Ro-Ro | 0 | 0 | - |
| | Contentorizada | 12.039 | 12.530 | 4,1% |
| Total Geral | | 36.514 | 38.432 | 5,3% |
| Nº TEU (milhares) | | 931 | 1.000 | 7,4% |
| Nº NAVIOS (unidades) | | 2011 | 2099 | 4,4% |

4. PREVISÕES E ORIENTAÇÕES ECONÓMICO-FINANCEIRAS

Em anexo a este documento incluem-se os orçamentos de exploração (Anexo 1 – Orçamento de Rendimentos e Anexo 2 – Orçamento de Gastos) e de Investimentos (Anexo 3) para o ano de 2014 e sua extensão para o triénio que decorrerá até 2016. As demonstrações financeiras previsionais (Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxos de Caixa e Balanço) constam do Anexo 4. Embora sejam apenas tradução do Plano de Atividades para o ano de 2014, as peças financeiras previsionais anexas apresentam igualmente uma perspetiva do que será a evolução económico-financeira da empresa no triénio iniciado nesse ano.

Para além de traduzirem a expressão financeira resultante do nível de atividade da empresa apresentado no ponto anterior, para a elaboração dos mesmos foram considerados um conjunto de orientações emanadas pelo acionista que são seguidamente objeto de explicação detalhada.

4.1. Plano de Redução de Custos Operacionais

Respeitando as orientações do acionista, e sendo a APS uma empresa com um EBITDA largamente positivo, o Orçamento para 2014 assegura a diminuição do peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios, depois das expressivas reduções obtidas nos anos anteriores.

Assim, conforme decorre da Demonstração de Resultados Previsional incluída no anexo 4.1. a trajetória de evolução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios da empresa deverá ser a seguinte:

| | 2010 (realizado) | 2011 (realizado) | 2012 (realizado) | 2013 (aprovado pelo CA) | 2014 (orçamento) |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------|
| <i>Peso gastos operacionais</i> | | | | | |
| <i>(contas 61+62+63 sem indemnizações e rescisões) / volume negócios</i> | 50,63% | 41,50% | 39,98% | 38,54% | 38,11% |

Para o cálculo do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, e de acordo com as orientações do ofício-circular 7037, de 21.11.2013, da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, aos gastos com pessoal foram deduzidos os gastos com indemnizações e rescisões.

No que se refere às outras orientações específicas do acionista, os valores orçamentados para 2014 estão muito próximos dos de 2013. Os acréscimos que poderão existir serão diminutos se considerado o seu valor absoluto e são motivados exclusivamente pela evolução da atividade ou pelos projetos de desenvolvimento da empresa, concretamente:

- As despesas com deslocações e estadas atingiram 28.166 euros em 2013, estando orçamentados 31.500 euros para 2014 face à necessidade de enquadrar a participação pontual do Presidente do CA em visitas ao exterior de delegações de Estado;
- As ajudas de custo totalizaram 9.429 euros em 2013, estando orçamentados 9.600 euros para 2014 por razões análogas;
- No caso da comunicação, o valor orçamentado de 77.000 euros encontra-se muito próximo do montante registado em 2013 (77.901 euros), sendo um tipo de gastos que

tem relação direta com um dos pilares do desenvolvimento do Porto de Sines através da aposta nas tecnologias de informação e comunicação;

- No que se refere aos gastos associados à frota automóvel, o alargamento do âmbito de gestão aos portos do Algarve obrigará, numa primeira fase, ao levantamento rigoroso da situação e das necessidades operacionais naqueles portos, antes da adoção de novas medidas de racionalização ao nível da empresa.

4.2. Redução do número de efetivos e cargos de direção

O quadro seguinte apresenta a evolução prevista para os efetivos no período 2009-2015 e os respetivos gastos associados:

| Designação | Execução | Execução | Execução | Previsão | Previsão |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| Gastos com pessoal (a)+(b)+(c)+(d)+(e) | 8.601.872 | 8.257.010 | 9.121.673 | 8.900.000 | 8.900.000 |
| (a) Gastos com Órgãos Sociais | 269.515 | 271.856 | 341.761 | 298.535 | 298.535 |
| (b) Remunerações do pessoal (1)+(2) | 6.424.910 | 6.652.731 | 6.126.625 | 5.727.050 | 5.727.050 |
| (1) Vencimento base + Subs. Férias + Subs. Natal | 4.409.220 | 4.268.486 | 4.671.137 | 4.348.508 | 4.348.508 |
| (2) Outros Subsídios | 2.015.690 | 2.384.245 | 1.455.488 | 1.378.542 | 1.378.542 |
| - impacto reduções remuneratórias OE 2014 | 510.450 | 1.152.244 | 0 | 0 | 0 |
| (c) Benefícios nós-emprego | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| (d) Restantes encargos | 1.632.772 | 1.166.047 | 2.653.287 | 2.874.415 | 2.874.415 |
| (e) Rescisões / indemnizações | 274.675 | 166.376 | 0 | 0 | 0 |
| Designação | Execução | Execução | Execução | Previsão | Previsão |
| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| Nº Total RH (O.S. + Chefias Nível I + Efetivos) | 176 | 172 | 158 | 157 | 157 |
| Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número) | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Nº Chefias Nível I sem O.S. (número) | 10 | 10 | 9 | 8 | 8 |
| Nº Efetivos sem O.S. e sem Chefias Nível I (número) | 163 | 159 | 146 | 146 | 146 |
| Rácio nº efetivos / Chefias Nível I | 16.3 | 15.9 | 16.2 | 18.3 | 18.3 |
| Gastos com Chefias Nível I / Gastos com o pessoal | 9.1% | 8.5% | 9.0% | 8.2% | 8.2% |
| Gastos com Chefias Nível I (Chefias 31 de dezembro) | 783.033 | 702.165 | 820.471 | 731.658 | 731.658 |

O número de trabalhadores previsto para 2014 reflete a saída de trabalhadores no ano de 2013 e cumpre a redução de um mínimo de 3% da trabalhadores face aos existentes em 2012-12-31, tendo-se optado por manter o efetivo de 2014 para 2015.

4.3. Orientações sobre remunerações

Na elaboração do orçamento de gastos com pessoal para 2014 foi tomado em consideração o disposto no OE 2014 e ainda o previsto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30-6 relativo à

remuneração fixa mensal ilíquida dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, a qual foi reduzida em 5% com efeitos desde 2010-06-01.

Foi também tomada em consideração a deliberação da Assembleia Geral da APS de 2011-05-22, relativa a “Declaração sobre Política de Remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da APS” de 2011-05-10 proposta pela Presidente da Comissão de Fixação de Remunerações da APS, que refere na alínea b) que “ (...) deverá ser adotada uma política assente na contenção acrescida de custos no que toca à remuneração dos órgãos de administração, designadamente, não havendo lugar, durante o período de execução do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010-2013, à atribuição de qualquer componente variável da remuneração”.

4.4. Orientações sobre o endividamento

No final de 2013 a APS não tinha passivo bancário. Prevê-se para 2014 a contratação de um financiamento de 15 milhões de euros ao abrigo do QREN – Empréstimo Quadro BEI complementar ao financiamento do Fundo de Coesão ao projeto POVT-11-0150-FCOES-000011 – “2ª Fase de Ampliação do Molhe Leste”. Por se enquadrar no QREN – Empréstimo Quadro BEI, recebeu já parecer favorável da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. às suas condições de financiamento, nomeadamente no que se refere à taxa de juro contratual de 3,901%.

Este empréstimo, face à não existência anterior de passivo remunerado, ao seu valor e às suas condições de juro e reembolso, não terá qualquer repercussão negativa sobre o equilíbrio económico-financeiro da empresa e permitirá dotar a empresa da liquidez necessária ao cumprimento do seu plano de investimentos de médio prazo que assume montantes significativos face ao plano de expansão do porto, mesmo se ainda não considerados os investimentos que deverão decorrer da integração dos portos do Algarve.

4.5. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

O prazo médio de pagamentos registado no final de 2013 foi de 31 dias, considerando-se para 2014 uma meta de 30 dias.

| | 2013 (realizado) | 2014 (orçamento) |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| Prazo médio de pagamentos (dias) | 31 | 30 |

Face ao valor já apresentado no final de 2013, não se prevê uma variação significativa para 2014, tendo em conta os prazos normais de pagamento concedidos pelos fornecedores.

Da mesma forma, não existiam no final de 2013 dívidas vencidas a mais de 90 dias, pelo que não se torna necessária a elaboração de um plano de medidas específicas neste domínio.

5. PLANO DE INVESTIMENTOS E RESPECTIVA COBERTURA FINANCEIRA

O investimento previsto para 2014 (ver Anexo 3) é de 14,9 milhões de euros, sendo que, com exceção da nova lancha de pilotos (180 mil euros em 2014) que transita de 2013, este volume de investimento corresponde na generalidade a novos projetos.

O financiamento do plano de investimentos de 2014 será assegurado pelos meios disponíveis da empresa, e pela contratação do QREN-Empréstimo Quadro BEI no montante de 15 milhões de euros. Não se considera o recebimento de novos subsídios já que não se conhece ainda a estrutura do próximo Quadro de Apoio 2014-2020.

Por ser obtido ao abrigo do QREN-Empréstimo Quadro BEI e como complemento ao financiamento comunitário da 2ª fase de Ampliação do Molhe Leste, considera-se o empréstimo de 15 milhões de euros afeto exclusivamente aos investimentos ligados ao desenvolvimento do Terminal de Contentores, concretamente a “Regularização dos Fundos da Bacia de Manobra do Terminal XXI” em 2014 e as intervenções subsequentes de ampliação do molhe previstas a partir de 2015.

Tal significa, assim, que todos os outros investimentos de 2014 serão financiados exclusivamente pelos meios gerados pela empresa. Assim, detalham-se as principais intervenções previstas para 2014:

Edifícios e outras construções – total 11.470 milhares de euros:

- Regularização dos fundos na bacia de manobra do Terminal XXI – 10.000 milhares de euros

Realização de trabalhos de remoção de materiais depositados na bacia do Terminal de Contentores e regularização dos fundos nas futuras zonas de expansão de forma a permitir a acostagem dos navios previstos. Considera-se afeto a este investimento o financiamento do QREN – Empréstimo Quadro BEI.

Este investimento enquadra-se no projeto de adequação das acessibilidades marítimas ao desenvolvimento faseado do Terminal de Contentores de Sines que prevê, igualmente, uma terceira fase de ampliação do Molhe Leste, com uma verba de 250 mil euros para estudos e projetos inscrita para 2014 e que decorrerá entre 2015 e 2017 se aprovado pelo Governo o pedido de expansão do Terminal para além do previsto no contrato de concessão atual.

- Construção de nave logística – 400 milhares de euros

Construção de um armazém logístico na ZAL para aluguer de espaços modulados a empresas de forma a suprir atuais carências e potenciar um efeito multiplicador na atração de empresas para a zona e para o porto.

- Ampliação/melhoramento de infraestruturas terrestres e edifícios – 250 milhares de euros

Reabilitação da impermeabilização dos edifícios sede e da Docapesca (nova cobertura).

Equipamento Básico - total 3.100 milhares de euros:

- Modernização dos PT 1 e 13 com execução de rede de anel de 15 KV para o PT13 – 275 milhares de euros

Integração do posto de transformação (PT13) do edifício sede no sistema de telegestão da rede elétrica de média tensão, para incremento do seu nível de garantia da qualidade de serviço, complementado com a criação de redundância de alimentação pela criação de um ramal adicional de 15kV (PT1-PT13), que funcionará em anel com o posto de transformação (PT1) do edifício técnico e quartel de bombeiros.

- Energias renováveis - Centrais fotovoltaicas em edifícios – 350 milhares de euros (incluindo estudo)

Implementação de sistema de produção de energia solar, quer em regime de autoconsumo quer em regime bonificado, nomeadamente uma central fotovoltaica de produção de energia elétrica em regime de minigeração, com uma potência de 250kW, e sistemas associados à cobertura dos edifícios em regime de autoconsumo.

- Sistemas de AVAC – 200 milhares de euros

Investimento plurianual a iniciar em 2014 para substituição dos sistemas de climatização dos edifícios administrativo e técnico (parcialmente inoperacionais) e restantes equipamentos doutros edifícios (investimento total 400 milhares de euros).

- Janela Única Portuária/Logística – 350 milhares de euros

Investimento plurianual correspondente ao conjunto de intervenções no domínio das tecnologias de informação e comunicação destinadas a permitir a evolução do conceito de JUP para JUL com a agregação dos agentes ligados aos meios de transporte rodo e ferroviário.

- Base de dados empresarial – 250 milhares de euros

Correspondente essencialmente à aquisição de novas licenças do sistema ORACLE.

- Sistemas de operação e segurança – 200 milhares de euros

Investimento em sistemas de informação e comunicação na área da supervisão e segurança portuária.

- Nova Lancha Pilotos – 180 milhares de euros

Correspondente à conclusão dos trabalhos de construção da nova lancha do serviço de Pilotagem, fundamental para dar resposta ao crescimento da atividade portuária nas melhores condições de operacionalidade e segurança. A construção desta lancha iniciou-se em 2013 e o custo total previsto é de 650 milhares de euros.

- Equipamento de recolha de hidrocarbonetos e outro equipamento de segurança marítima e de proteção ambiental – 115 milhares de euros

Equipamento de transporte - 100 milhares de euros

Equipamento administrativo - 30 milhares de euros

Conservação plurianual (lanchas e skimmers) - 200 milhares de euros

6. PRINCIPAIS RESULTADOS E INDICADORES PREVISIONAIS PARA 2014

No quadro seguinte apresenta-se o resumo dos principais indicadores previsionais de atividade e económico-financeiros para 2014 e sua comparação com os valores estimados para o final de 2013:

| Indicador | Aprovado pelo CA 2013 | Orçamento 2014 | Var% 2014/2013 |
|--|-----------------------|----------------|----------------|
| Movimento de Mercadorias (mil.tons.) | 36.514 | 38.432 | 5,25% |
| Volume de Negócios (mil.euros) | 37.786 | 39.490 | 4,51% |
| EBITDA ajustado | 21.032 | 21.846 | 3,87% |
| Resultados Líquidos (mil.euros) | 12.380 | 12.650 | 2,18% |
| Margem do EBITDA ajustado (%) | 55,66% | 55,32% | -0,61% |
| Eficiência (Custos Operacionais/EBITDA ajustado) | 1,55 | 1,50 | -3,23% |
| ROACE (%) | 5,31% | 5,37% | 1,12% |
| Autonomia Financeira | 68,32% | 67,80% | -0,75% |
| Prazo Médio de Pagamentos (dias) | 31 | 30 | -3,23% |

O Volume de Negócios crescerá aproximadamente 4,5% relativamente ao valor estimado para o final de 2013, atingindo 39,5 milhões de euros. Por sua vez, o cash-flow operacional (EBITDA), depois de descontado das amortizações de subsídios e do reconhecimento de rendimentos relativos aos bens reversíveis das concessões (EBITDA ajustado), irá aumentar cerca de 3,9%, ultrapassando 21,8 milhões de euros.

O Resultado Líquido irá fixar-se em 2014 nos 12,7 milhões de euros, valor que cresce cerca de 2,2% relativamente ao ano de 2013.

Quanto ao indicador de eficiência, prevê-se um decréscimo relativamente ao ano 2013 (-3,23%), significando, assim, um menor peso dos gastos operacionais comparativamente aos meios gerados pela atividade da empresa.

O ROACE, que mede o retorno obtido sobre o capital médio empregue no ano, irá situar-se em, aproximadamente, 5,4%, valor que cresce 1,12% face ao ano anterior.

A rubrica de Autonomia Financeira deverá situar-se em 67,8%, valor muito próximo do alcançado no final do ano anterior.

Sines, Abril de 2014

O Conselho de Administração,

ANEXO 1 - ORÇAMENTO DE RENDIMENTOS

- euros -

| ORÇAMENTO | | APROVADO PELO CA | ORÇAMENTO | ORÇAMENTO | ORÇAMENTO |
|------------|--|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| CONTA | DESIGNAÇÃO | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
| 71 | Vendas (eletricidade) | 2.304.005 | 2.450.000 | 3.000.000 | 3.700.000 |
| 72 | Prestações de serviços | 35.481.506 | 37.040.000 | 41.270.000 | 42.390.000 |
| 7211010000 | TUP - Tarifa Uso do Porto/Navio | 11.813.886 | 12.044.000 | 14.738.000 | 15.010.500 |
| 7211020000 | Tarifa de Pilotagem | 3.358.474 | 3.388.500 | 4.491.000 | 4.756.500 |
| 7211030000 | Tarifa de Armazenagem | 2.641 | 0 | 0 | 0 |
| 7211040000 | Uso de Equipamento | 3.318 | 0 | 0 | 0 |
| 7211050000 | Fornecimentos e Serviços | 42.686 | 1.021.500 | 1.022.000 | 1.021.500 |
| 7211080000 | Concessões | 19.167.213 | 19.474.000 | 19.878.000 | 20.459.500 |
| 7211090000 | Licenciamentos | 753.772 | 805.000 | 826.000 | 827.500 |
| 7211100000 | Náutica Recreio | 188.477 | 160.000 | 160.000 | 160.000 |
| 7211110000 | Proveitos ZAL Sines | 146.632 | 142.000 | 152.000 | 152.500 |
| 7251020000 | Telefones, Combustíveis e Outros Tx. M | 4.406 | 5.000 | 3.000 | 2.000 |
| 74 | Trabalhos para a própria entidade | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 75 | Subsídio à exploração | 55.217 | 80.000 | 80.000 | 80.000 |
| 7511100000 | Formação Profissional | 26.915 | 80.000 | 80.000 | 80.000 |
| 7511200000 | Subsídios à exploração | 28.302 | 0 | 0 | 0 |
| 76 | Reversões | 361.071 | 0 | 0 | 0 |
| 7637000000 | Rever.Prov.Reest. | 360.000 | 0 | 0 | 0 |
| 7638000000 | Rever.Prov.Out.Prov | 1.071 | 0 | 0 | 0 |
| 78 | Outros rendimentos e ganhos | 11.997.283 | 11.246.763 | 11.085.892 | 10.785.282 |
| 7815000000 | Desempenho de cargos sociais noutras empresas | 7.857 | 6.000 | 12.000 | 12.000 |
| 7816100000 | Outros - Sucatas | 3.174 | 0 | 0 | 0 |
| 7816200000 | Benefícios de Penalidades Contratuais | 473 | 0 | 0 | 0 |
| 7816300000 | Out. Rend. Suplementares Juros de Mora | 66.013 | 40.000 | 40.000 | 40.000 |
| 7821000000 | Descontos de pronto pagamento obtidos | 193 | 0 | 0 | 0 |
| 7831000000 | Recuperação de dívidas a receber | 158.928 | 0 | 0 | 0 |
| 7842000000 | Ganhos em inventários - Sobras | 61 | 0 | 0 | 0 |
| 7848000000 | Outros Ganhos em inventários | 66 | 0 | 0 | 0 |
| 7861000000 | Diferenças de câmbio favoráveis | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 7871000000 | Alienações Ativo Fixo | 38.240 | 0 | 0 | 0 |
| 7872010000 | Sinistros - Pessoal | 5.260 | 0 | 0 | 0 |
| 7881000000 | Outras Correções relativas a períodos anteriores | 528 | 0 | 0 | 0 |
| 7881100000 | CREA Relativas FSE | 12.740 | 0 | 0 | 0 |
| 7881200000 | CREA Pessoal | 25.107 | 0 | 0 | 0 |
| 7883000000 | Imputação de subsídios para investimentos | 6.928.256 | 6.400.000 | 6.300.000 | 6.200.000 |
| 7886000000 | Indemnização da REFER relativa ao bem 11614 | 1.749 | 2.000 | 2.000 | 2.000 |
| 7886432555 | Imputação rendimentos bens tangíveis concessões públicas | 3.044.581 | 3.044.581 | 3.044.581 | 3.044.581 |
| 7886445155 | Imputação rendimentos bens intangíveis concessões públicas | 1.704.053 | 1.754.181 | 1.687.311 | 1.486.700 |
| 7888000000 | Arredondamentos a nosso favor | 3 | 0 | 0 | 0 |
| 79 | Juros, dividendos e outros rendimentos similares | 48.173 | 50.000 | 50.000 | 50.000 |
| 7911100000 | Juros de Depósitos à Ordem | 219 | 0 | 0 | 0 |
| 7911200000 | Juros de Depósitos a Prazo | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 7928000000 | Dividendos obtidos - Outros | 47.954 | 50.000 | 50.000 | 50.000 |
| | TOTAL | 50.247.254 | 50.866.763 | 55.485.892 | 57.005.282 |

ANEXO 2 - ORÇAMENTO DE GASTOS

- euros -

| ORÇAMENTO | | APROVADO PELO CA | ORÇAMENTO | ORÇAMENTO | ORÇAMENTO |
|------------|---|---------------------|------------------|------------------|------------------|
| CONTA | DESIGNAÇÃO | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
| 61 | Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 1.831.591 | 1.980.000 | 2.430.000 | 2.980.000 |
| 6121100000 | Material de uso corrente | 28.983 | 30.000 | 30.000 | 30.000 |
| 6121400000 | Eletricidade | 1.802.607 | 1.950.000 | 2.400.000 | 2.950.000 |
| 62 | Fornecimentos e serviços externos | 3.610.961 | 4.170.000 | 3.990.000 | 4.190.000 |
| 6221000000 | Trabalhos especializados | 527.810 | 700.000 | 480.500 | 580.500 |
| 6222000000 | Publicidade e Propaganda - Serviços especializados | 167.994 | 170.000 | 176.000 | 179.000 |
| 6223000000 | Vigilância e segurança - Serviços especializados | 216.784 | 250.000 | 220.000 | 265.000 |
| 6224000000 | Honorários - Serviços especializados | 36.786 | 40.000 | 40.000 | 40.000 |
| 6225000000 | Comissões - Serviços especializados | 26.233 | 26.000 | 26.000 | 26.000 |
| 6226100000 | Serviços de Conservação e Reparação DIO | 582.247 | 500.000 | 500.000 | 550.000 |
| 6226200000 | Serviços de Conservação e Reparação DFE | 55.747 | 50.000 | 50.000 | 50.000 |
| 6226300000 | Serviços de Conservação e Reparação DSC | 2.158 | 15.000 | 15.000 | 15.000 |
| 6226400000 | Serviços de Conservação e Reparação | 97.353 | 97.000 | 107.000 | 107.000 |
| 6226500000 | Manutenção de Software e Hardware | 335.715 | 475.000 | 525.000 | 525.000 |
| 6226600000 | Serviços de Mergulhador | 24.120 | 30.000 | 30.000 | 30.000 |
| 6227100000 | Serviços Especializados Bancários | 4.696 | 5.000 | 5.000 | 5.000 |
| 6231000000 | Ferramentas e utensílios de desgaste rápido | 29.129 | 58.500 | 61.500 | 61.500 |
| 6232000000 | Livros e documentação técnica | 7.351 | 9.000 | 9.000 | 9.000 |
| 6233000000 | Material de escritório | 2.992 | 5.500 | 5.500 | 5.500 |
| 6234000000 | Artigos para oferta | 4.198 | 1.000 | 1.000 | 1.000 |
| 6238000000 | Material de Conservação e Reparação | 100.455 | 115.000 | 115.000 | 115.000 |
| 6241000000 | Eletricidade | 122.301 | 300.000 | 300.000 | 300.000 |
| 6242100000 | Gasolina | 4.884 | 4.000 | 4.000 | 4.000 |
| 6242200000 | Gasóleo | 212.033 | 220.000 | 220.000 | 220.000 |
| 6243000000 | Água | 138.508 | 160.000 | 160.000 | 160.000 |
| 6248000000 | Outros Combustíveis | 14.820 | 17.000 | 16.500 | 16.500 |
| 6251000000 | Deslocações e estadas | 27.348 | 30.000 | 30.000 | 30.000 |
| 6252000000 | Transportes de pessoal | 114.304 | 120.000 | 120.000 | 120.000 |
| 6254000000 | Deslocações, estadas e transportes - Portagens | 14.928 | 13.000 | 13.000 | 13.000 |
| 6255000000 | Deslocações - Estacionamento | 807 | 1.000 | 1.000 | 1.000 |
| 6258000000 | Deslocações, estadas e transportes - Convidados APS | 818 | 1.500 | 1.500 | 1.500 |
| 6261000000 | Rendas e alugueres | 79.161 | 86.000 | 86.000 | 86.000 |
| 6262000000 | Comunicação | 77.901 | 77.000 | 77.000 | 77.000 |
| 6263000000 | Seguros | 100.732 | 112.000 | 112.000 | 112.000 |
| 6265000000 | Contencioso e Notariado | 1.737 | 0 | 0 | 0 |
| 6266000000 | Despesas de representação | 19.643 | 20.000 | 20.000 | 20.000 |
| 6267100000 | Limpeza Higiene e Conforto | 279.390 | 329.000 | 329.000 | 329.000 |
| 6267200000 | Limpezas Industriais | 78.279 | 58.000 | 58.000 | 58.000 |
| 6268000000 | Outros serviços | 101.599 | 74.500 | 75.500 | 77.500 |

| | | | | | |
|------------|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| 63 | Gastos com o pessoal | 9.121.673 | 8.900.000 | 8.900.000 | 8.900.000 |
| 631 | <i>Remunerações dos órgãos sociais</i> | 287.120 | 245.500 | 245.500 | 245.500 |
| 6311100000 | Conselho de Administração | 172.363 | 126.800 | 126.800 | 126.800 |
| 6311200000 | Remuneração 14ª Prestação OS | 24.262 | 13.500 | 13.500 | 13.500 |
| 6311300000 | Subsídio de Natal OS | 16.358 | 13.500 | 13.500 | 13.500 |
| 6311400000 | Ajudas de Custo OS | 2.476 | 2.500 | 2.500 | 2.500 |
| 6311500000 | Despesa Fixa de Representação | 32.412 | 53.400 | 53.400 | 53.400 |
| 6311600000 | Assembleia Geral | 352 | 660 | 660 | 660 |
| 6311700000 | Conselho Fiscal | 34.801 | 31.800 | 31.800 | 31.800 |
| 6311800000 | Indemnização por Cessação de Funções | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 6311900000 | Subsídio de Alimentação | 4.097 | 3.340 | 3.340 | 3.340 |
| 632 | <i>Remunerações do pessoal</i> | 6.679.425 | 6.384.900 | 6.384.900 | 6.384.900 |
| 6321100000 | Remuneração Base | 3.931.610 | 3.637.700 | 3.637.700 | 3.637.700 |
| 6321200000 | Diferencial de Vencimento | 0 | 52.200 | 52.200 | 52.200 |
| 6321300000 | Horas Extraordinárias | -35 | 5.700 | 5.700 | 5.700 |
| 6321400000 | Subsídio de Turno | 404.470 | 392.500 | 392.500 | 392.500 |
| 6321700000 | Subsídio de Isenção de Horário de Trabalho | 1.029.171 | 974.500 | 974.500 | 974.500 |
| 6321800000 | Subsídio de Férias Funcionários | 324.200 | 329.200 | 329.200 | 329.200 |
| 6321900000 | Subsídio de Natal Funcionários | 347.998 | 329.200 | 329.200 | 329.200 |
| 6322000000 | Ajudas de Custo | 6.953 | 7.100 | 7.100 | 7.100 |
| 6322200000 | Subsídio de Alimentação | 307.573 | 323.900 | 323.900 | 323.900 |
| 6322300000 | Abono P/Falhas | 3.450 | 3.200 | 3.200 | 3.200 |
| 6322400000 | Subsídio Compensatório Trb/Tur | 126.074 | 122.500 | 122.500 | 122.500 |
| 6322700000 | Subsídio Chefia I e II | 11.554 | 11.400 | 11.400 | 11.400 |
| 6322800000 | Trabalho Sábado Domingo e Feriado | 151.609 | 159.400 | 159.400 | 159.400 |
| 6323200000 | Despesa de Representação de Chefias | 32.126 | 30.400 | 30.400 | 30.400 |
| 6323300000 | Utilização viatura colaborador | 2.670 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| 633 | <i>Benefícios pós-emprego</i> | 24.956 | 15.000 | 15.000 | 15.000 |
| 6332100000 | Pensão Transitória de Aposentação | 24.956 | 15.000 | 15.000 | 15.000 |
| 635 | <i>Encargos sobre remunerações</i> | 1.525.760 | 1.591.100 | 1.591.100 | 1.591.100 |
| 6351100000 | Encargos Remunerações TSU Órgãos Sociais | 33.529 | 33.100 | 33.100 | 33.100 |
| 6351200000 | Encargos Remunerações CGA Órgãos Sociais | 18.452 | 14.700 | 14.700 | 14.700 |
| 6351300000 | Encargo Com ADSE Órgãos Sociais | 1.170 | 0 | 0 | 0 |
| 6352100000 | Encargos Remunerações TSU Funcionários | 494.833 | 507.100 | 507.100 | 507.100 |
| 6352200000 | Encargos Remunerações CGA Funcionários | 900.971 | 985.300 | 985.300 | 985.300 |
| 6352300000 | Encargo Com ADSE Funcionários | 76.805 | 50.900 | 50.900 | 50.900 |
| 636 | <i>Seguros de Acidentes no trabalho e Doenças profissionais</i> | 37.319 | 38.000 | 38.000 | 38.000 |
| 6361000000 | Seguros de Acidentes no trabalho e Doenças profissionais | 37.319 | 38.000 | 38.000 | 38.000 |
| 637 | <i>Gastos de ação social</i> | 398.191 | 339.400 | 339.400 | 339.400 |
| 6371030000 | Assistência na Saúde Órgãos Sociais | 49 | 2.000 | 2.000 | 2.000 |
| 6371090000 | Subs. Fam. Crianças e Jovens Órgãos Sociais | 1.366 | 3.500 | 3.500 | 3.500 |
| 6372020000 | Subsídio de Aleitação Colaboradores | 474 | 3.900 | 3.900 | 3.900 |
| 6372030000 | Auxílio para Estudos Colaboradores | 54.089 | 111.500 | 111.500 | 111.500 |
| 6372040000 | Auxílio na Infância Colaboradores | 40.335 | 47.500 | 47.500 | 47.500 |
| 6372060000 | Assistência na Saúde Colaboradores | 11.631 | 60.000 | 60.000 | 60.000 |

| | | | | | |
|------------|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 6372070000 | Acidentes em Serviço Colaboradores | 145.341 | 0 | 0 | 0 |
| 6372090000 | Medicamentos Colaboradores | 557 | 2.000 | 2.000 | 2.000 |
| 6372110000 | Medicina no Trabalho-Meios de Diagnóstico Colaboradores | 6.487 | 7.000 | 7.000 | 7.000 |
| 6372120000 | Proteção Parental | 11.655 | 2.000 | 2.000 | 2.000 |
| 6373100000 | Pensões Vitalícias (Estudo Atuarial) | 24.484 | 14.000 | 14.000 | 14.000 |
| 6373200000 | Subsídio por Morte e Funeral (Estudo Atuarial) | 285 | 0 | 0 | 0 |
| 6373300000 | Custos de ação social (Estudo Atuarial) | 101.437 | 86.000 | 86.000 | 86.000 |
| 638 | <i>Outros gastos com o pessoal</i> | <i>168.901</i> | <i>286.100</i> | <i>286.100</i> | <i>286.100</i> |
| 6381010000 | Formação de Org. Soc | 74 | 0 | 0 | 0 |
| 6381020000 | Formação de Pessoal | 34.132 | 60.000 | 60.000 | 60.000 |
| 6381060000 | Encargos C/Festa de Natal | 11.928 | 10.500 | 10.500 | 10.500 |
| 6381080000 | Fardamento Equip. Proteção Pessoal | 8.127 | 10.000 | 10.000 | 10.000 |
| 6381090000 | Aniversário APS | 29.335 | 29.500 | 29.500 | 29.500 |
| 6381110000 | Outras Despesas Pessoal | 1.320 | 11.000 | 11.000 | 11.000 |
| 6381120000 | Seguros de Acidentes Pessoais | 18.684 | 19.000 | 19.000 | 19.000 |
| 6381130000 | Seguros Saúde Contrato Individual Trabalho | 42.877 | 43.000 | 43.000 | 43.000 |
| 6381150000 | Estágios Profissionais | 22.424 | 89.600 | 89.600 | 89.600 |
| 6381170000 | Ações de SST | 0 | 13.500 | 13.500 | 13.500 |
| 64 | Gastos de depreciação e de amortização | 15.522.671 | 14.951.457 | 15.054.066 | 15.008.759 |
| 6411200000 | Gastos Dep. Prop.Invest. Edifícios e outras construções | 1.839 | 1.839 | 1.839 | 1.839 |
| 6421200000 | Gastos Dep. AF Tangível Edifícios e Outras Construções | 11.312.070 | 10.657.107 | 10.755.939 | 10.788.506 |
| 6421300000 | Gastos Dep. AF Tangível Equipamento Básico | 803.363 | 834.979 | 902.414 | 773.506 |
| 6421400000 | Gastos Dep. AF Tangível Equipamento de Transporte | 130.749 | 127.255 | 131.063 | 123.981 |
| 6421500000 | Gastos Dep. AF Tangível Equipamento Administrativo | 242.106 | 172.286 | 157.294 | 139.893 |
| 6421600000 | Gastos Dep. AF Tangível Outros | 12.459 | 8.931 | 105.533 | 203.844 |
| 6424325555 | Gastos Dep. ATF Conces. | 1.297.711 | 1.297.711 | 1.297.711 | 1.297.711 |
| 6431100000 | Gast.Amort Ativos intangíveis - Projetos de desenvolvimento | 85 | 340 | 340 | 255 |
| 6431200000 | Gast.Amort. Ativos intangíveis - Programas de computador | 299.387 | 376.214 | 227.139 | 204.430 |
| 6434451555 | Gast. Depreciação Ativos Intangíveis Concessões Públicas | 1.422.901 | 1.474.793 | 1.474.793 | 1.474.793 |
| 65 | Perdas por imparidade | 843.103 | 0 | 0 | 0 |
| 6511100000 | Perdas por Imparidade Clientes - Critério Fiscal | 63.730 | 0 | 0 | 0 |
| 6511200000 | Perdas por Imparidade Clientes - Dif. Crit. Economi | 779.373 | 0 | 0 | 0 |
| 67 | Provisões do período | 156.832 | 157.000 | 157.000 | 157.000 |
| 6781200000 | Prov.Rec. P. Pedreira | 156.832 | 157.000 | 157.000 | 157.000 |
| 68 | Outros gastos e perdas | 1.926.191 | 2.565.000 | 2.090.000 | 2.135.000 |
| 6811200000 | Imposto S/Transportes Rodoviários | 9.487 | 7.000 | 7.000 | 7.000 |
| 6811300000 | Taxas | 19.859 | 35.000 | 35.000 | 37.000 |
| 6811700000 | IMI - Imposto Municipal sobre Imoveis | 43.616 | 40.000 | 40.000 | 40.000 |
| 6811800000 | IMI - Imposto Municipal Tr.Imo | 2.403 | 0 | 0 | 0 |
| 6812100000 | IVA - Imposto sobre o valor acrescentado | 4 | 0 | 0 | 0 |
| 6813100000 | Taxas DGRM e IMT | 1.606.152 | 1.682.000 | 1.857.000 | 1.900.000 |
| 6831000000 | Dívidas incobráveis | 106.386 | 0 | 0 | 0 |
| 6842000000 | Quebras em Existências | 263 | 0 | 0 | 0 |
| 6848000000 | Ajustes de Compras | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 6871000000 | Alienações | 2.826 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | |
|------------|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 6872000000 | Sinistros | 364 | 0 | 0 | 0 |
| 6881200000 | Relat.Fornecimentos Externos | 255 | 0 | 0 | 0 |
| 6882010000 | Donativos | 0 | 100.000 | 100.000 | 100.000 |
| 6882020000 | Donativos - Mecenato Social | 2.000 | 0 | 0 | 0 |
| 6882030000 | Donativos - Mecenato Cultural | 11.850 | 0 | 0 | 0 |
| 6882040000 | Donativos - Mecenato Ambiental | 2.700 | 0 | 0 | 0 |
| 6882050000 | Donativos - Mecenato Científico | 1.750 | 0 | 0 | 0 |
| 6882060000 | Donativos - Mecenato Desportivo | 62.128 | 0 | 0 | 0 |
| 6882070000 | Donativos - Mecenato Educacional | 1.500 | 0 | 0 | 0 |
| 6882080000 | Donativos - Mecenato Sociedade da Informação | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 6883000000 | Quotizações | 44.861 | 51.000 | 51.000 | 51.000 |
| 6885000000 | Insuficiência de estimativa para impostos | 3.867 | 0 | 0 | 0 |
| 6888010000 | Multas Fiscais | 417 | 0 | 0 | 0 |
| 6888020000 | Multas não Fiscais | 818 | 0 | 0 | 0 |
| 6888030000 | Indemnizações | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 6888040000 | Penalidades Contratuais - Outras | 1.630 | 0 | 0 | 0 |
| 6888050000 | Penalidades Contratuais Serviços Reboque | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 6888060000 | Arredondamento | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 6888070000 | Despesas Sem Documentos Normalizados | 1.054 | 0 | 0 | 0 |
| 6888080000 | Outros não Especificados (Scanner Portuário) | 0 | 650.000 | 0 | 0 |
| 69 | Gastos e perdas de financiamento | 331 | 0 | 750.000 | 750.000 |
| 6911003000 | Juros (Outros) | 0 | 0 | 750.000 | 750.000 |
| 6918100000 | Juros de Mora | 331 | 0 | 0 | 0 |
| | TOTAL | 33.013.353 | 32.723.457 | 33.371.066 | 34.120.759 |

ANEXO 3 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

| - euros - | | | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| DESIGNAÇÃO | 2014 | 2015 | 2016 |
| 1 EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES | 11.470.000 | 12.700.000 | 25.500.000 |
| 1.01 AMPLIAÇÃO DO MOLHE LESTE (3ª FASE) | 250.000 | 10.000.000 | 25.000.000 |
| 1.02 REGULARIZAÇÃO DE FUNDOS NA BACIA JUNTO TERMINAL XXI | 10.000.000 | | |
| 1.03 CONSTRUÇÃO NAVE LOGÍSTICA | 400.000 | | |
| 1.04 ORDENAMENTO E RECUPERAÇÃO PAISAGÍSTICA DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DA APS: | 220.000 | 450.000 | 250.000 |
| - ACESSIBILIDADES RODOVIÁRIAS | 120.000 | 300.000 | 100.000 |
| - VEDAÇÕES | 100.000 | | |
| - INFRAESTRUTURAÇÃO E ORDENAMENTO DE ÁREAS RECUPERADAS NA PEDREIRA | | 150.000 | 150.000 |
| 1.05 MELHORAMENTOS NA ORLA MARÍTIMA: | 200.000 | 2.000.000 | |
| - PORTO DE RECREIO E CLUBE NÁUTICO | 100.000 | | |
| - AMPLIAÇÃO DO MOLHE DO PORTO DE SERVIÇOS | 100.000 | 1.500.000 | |
| - REFORÇO DE TALUDES | | 500.000 | |
| 1.06 AMPLIAÇÃO/MELHORAMENTO DE INFRAESTRUTURAS TERRESTRES E EDIFÍCIOS | 250.000 | 250.000 | 250.000 |
| 1.07 MODERNIZAÇÃO DE REDES DE ÁGUAS E SANEAMENTO | 150.000 | | |
| 2 EQUIPAMENTO BÁSICO | 3.100.000 | 1.870.000 | 2.670.000 |
| 2.1 RAMAL FERROVIÁRIO TXXI - MODERNIZAÇÃO SINALIZAÇÃO AUTOMÁTICA | | 200.000 | 1.000.000 |
| 2.2 SUBSTITUIÇÃO REDE DE DISTRIBUIÇÃO A 15KV NA ÁREA DO TGLS | | 100.000 | 100.000 |
| 2.3 MODERNIZAÇÃO DOS PT 1 E 13 EXECUÇÃO DE REDE DE ANEL DE 15 KV PARA O PT13 | 275.000 | | |
| 2.4 MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TELEGESTÃO DA REDE DE MÉDIA TENSÃO | 50.000 | | |
| 2.5 TELEGESTÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 50.000 | 50.000 | 50.000 |
| 2.6 SISTEMAS DE TELECONTAGEM DE ENERGIA | 25.000 | | |
| 2.7 MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | 100.000 | 100.000 | 100.000 |
| 2.8 ENERGIAS RENOVÁVEIS - CENTRAIS FOTOVOLTAICAS EM EDIFÍCIOS | 300.000 | 100.000 | 100.000 |
| 2.9 ENERGIAS RENOVÁVEIS - ESTUDO | 50.000 | | |
| 2.10 NOVAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | 50.000 | 50.000 | 50.000 |
| 2.11 SISTEMAS DE AVAC | 200.000 | 100.000 | 100.000 |
| 2.12 SISTEMAS AUTOMÁTICOS DE DETEÇÃO DE INCÊNDIO, DETEÇÃO DE CO E ANTI-INTRUSÃO | 25.000 | 25.000 | 25.000 |
| 2.13 BARREIRAS TIPO FENCE - TREM NAVAL | 120.000 | | |
| 2.14 BERÇOS E PICADEIROS - PORTO DE RECREIO | 30.000 | | |
| 2.15 TRAVEL LIFT | 80.000 | | |
| 2.16 MODERNIZAÇÃO DE DATACENTERS | 140.000 | 150.000 | 180.000 |
| 2.17 REDES DE COMUNICAÇÃO | 50.000 | 60.000 | 60.000 |
| 2.18 POSTOS DE TRABALHO | 50.000 | 60.000 | 60.000 |
| 2.19 FERRAMENTAS DE ESCRITÓRIO ELETRÓNICO | 120.000 | 80.000 | 80.000 |
| 2.20 JANELA ÚNICA PORTUÁRIA/LOGÍSTICA | 350.000 | 300.000 | 300.000 |
| 2.21 SISTEMAS DE OPERAÇÃO E SEGURANÇA | 200.000 | 200.000 | 200.000 |
| 2.22 DATA WAREHOUSE | 60.000 | 50.000 | 50.000 |
| 2.23 SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA | 75.000 | 60.000 | 70.000 |
| 2.24 BASE DE DADOS EMPRESARIAL | 250.000 | | |
| 2.25 DESENVOLV. GRÁFICO INTEGRADO/NOVO PORTAL INSTITUCIONAL/ MAT.PROMOCIONAIS | 55.000 | 70.000 | 25.000 |
| 2.26 EQUIP. INTERVENÇÃO, C. INCÊNDIOS E POLUIÇÃO | 100.000 | 100.000 | 100.000 |
| 2.27 LANCHAS PILOTOS | 180.000 | | |
| 2.28 EQUIPAMENTO DE RECOLHA DE HIDROCARBONETOS | 90.000 | | |
| 2.29 OUTRO EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA MARÍTIMA | 25.000 | 15.000 | 20.000 |
| 3 EQUIPAMENTO TRANSPORTE | 100.000 | 100.000 | 100.000 |
| 4 EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO | 30.000 | 30.000 | 30.000 |
| 5 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PLURIENAL | 200.000 | 200.000 | 200.000 |
| 5.1 DOCAGEM DE LANCHAS E SKIMMERS | 200.000 | 200.000 | 200.000 |
| TOTAL | 14.900.000 | 14.900.000 | 28.500.000 |

ANEXO 4 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE FLUXOS DE CAIXA

BALANÇO PREVISIONAL

- mil. euros -

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL | 2010 (realizado) | 2011 (realizado) | 2012 (realizado) | 2013 (aprovado pelo CA) | 2014 (orçamento) | 2015 (orçamento) | 2016 (orçamento) |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Vendas e serviços prestados | 30.809 | 30.897 | 32.600 | 37.786 | 39.490 | 44.270 | 46.090 |
| Subsídios à exploração | 78 | 6 | 17 | 55 | 80 | 80 | 80 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | -35 | -1.172 | -1.239 | -1.832 | -1.980 | -2.430 | -2.980 |
| Fornecimentos e serviços externos | -4.846 | -3.323 | -3.703 | -3.611 | -4.170 | -3.990 | -4.190 |
| Gastos com o pessoal | -10.717 | -8.602 | -8.257 | -9.122 | -8.900 | -8.900 | -8.900 |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) | -128 | 1 | -9 | -843 | 0 | 0 | 0 |
| Provisões (aumentos / reduções) | 35 | -1.346 | -1.137 | 204 | -157 | -157 | -157 |
| Outros rendimentos e ganhos | 7.566 | 7.489 | 11.454 | 11.997 | 11.247 | 11.086 | 10.785 |
| Outros gastos e perdas | -1.995 | -1.508 | -1.960 | -1.927 | -2.565 | -2.090 | -2.135 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | 20.768 | 22.443 | 27.767 | 32.708 | 33.045 | 37.869 | 38.593 |
| Gastos / reversões de depreciação e de amortização | -12.846 | -13.140 | -15.198 | -15.523 | -14.951 | -15.054 | -15.009 |
| Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) | -1.948 | -341 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | 5.975 | 8.962 | 12.569 | 17.186 | 18.093 | 22.815 | 23.585 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 423 | 218 | 52 | 48 | 50 | 50 | 50 |
| Juros e gastos similares suportados | -113 | -11 | 0 | 0 | 0 | -750 | -750 |
| Resultado antes de impostos | 6.284 | 9.169 | 12.620 | 17.234 | 18.143 | 22.115 | 22.885 |
| Imposto sobre o rendimento do período | -253 | -798 | -2.898 | -4.854 | -5.493 | -6.684 | -6.965 |
| Resultado líquido do período | 6.031 | 8.371 | 9.723 | 12.380 | 12.650 | 15.430 | 15.920 |

- mil. euros -

| DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE FLUXOS DE CAIXA | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|----------------|----------------|----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto | | | |
| Recebimentos de clientes | 39.072 | 43.235 | 45.696 |
| Pagamentos a fornecedores | -6.319 | -6.497 | -7.209 |
| Pagamentos ao pessoal | -9.572 | -8.950 | -8.950 |
| Caixa gerada pelas operações | 23.182 | 27.788 | 29.537 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | -4.583 | -5.727 | -6.068 |
| Outros recebimentos/pagamentos | -2.753 | -1.956 | -2.001 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | 15.845 | 20.104 | 21.467 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| <i>Pagamentos respeitantes a:</i> | | | |
| Ativos fixos tangíveis | -14.967 | -14.900 | -27.383 |
| <i>Recebimentos provenientes de:</i> | | | |
| | | | 0 |
| Subsídios ao investimento | -393 | 3.500 | 8.750 |
| Dividendos | 50 | 50 | 50 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento (2) | -15.310 | -11.350 | -18.583 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| <i>Recebimentos provenientes de:</i> | | | |
| Financiamentos obtidos | 15.000 | 0 | 0 |
| <i>Pagamentos respeitantes a:</i> | | | |
| Juros e Gastos Similares | | -750 | -750 |
| Dividendos | | -4.679 | -5.964 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | 15.000 | -5.429 | -6.714 |
| Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) | 15.535 | 3.325 | -3.830 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 15.964 | 31.499 | 34.823 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 31.499 | 34.823 | 30.994 |

- mil. euros -

| BALANÇO PREVISIONAL | 2013 (aprovado pelo CA) | 2014 (orçamento) | 2015 (orçamento) | 2016 (orçamento) |
|--|-------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| ATIVO | | | | |
| <i>Ativo não corrente</i> | | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 365.636 | 368.703 | 371.519 | 387.957 |
| Ativos fixos tangíveis - bens reversíveis | 56.605 | 55.307 | 54.009 | 52.712 |
| Propriedades de investimento | 74 | 74 | 74 | 74 |
| Ativos intangíveis | 871 | 525 | 328 | 153 |
| Ativos intangíveis - bens reversíveis | 24.574 | 23.099 | 21.624 | 20.149 |
| Outros ativos financeiros | 434 | 434 | 434 | 434 |
| Ativos por impostos diferidos | 1.306 | 868 | 719 | 721 |
| <i>Ativo corrente</i> | | | | |
| Inventários | 426 | 426 | 426 | 426 |
| Clientes | 8.129 | 8.547 | 9.582 | 9.976 |
| Adiantamentos a fornecedores | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Estado e outros entes públicos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outras contas a receber | 1.582 | 1.582 | 1.582 | 1.582 |
| Diferimentos | 618 | 618 | 618 | 618 |
| Caixa e depósitos bancários | 15.964 | 31.499 | 34.823 | 30.994 |
| Total do ativo | 476.220 | 491.683 | 495.739 | 505.797 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | | |
| Capital próprio | | | | |
| Capital realizado | 80.000 | 80.000 | 80.000 | 80.000 |
| Outros instrumentos de capital próprio | 4.500 | 4.500 | 4.500 | 4.500 |
| Reservas legais | 5.002 | 6.239 | 7.505 | 9.048 |
| Reservas não disponíveis - bens reversíveis | 7.540 | 8.486 | 10.512 | 12.471 |
| Outras reservas | 45.040 | 55.236 | 59.916 | 65.880 |
| Resultados transitados | 2.404 | 2.404 | 2.404 | 2.404 |
| Outras variações no capital próprio | 168.468 | 163.851 | 162.834 | 167.167 |
| Resultado líquido do período | 12.380 | 12.650 | 15.430 | 15.920 |
| Total do capital próprio | 325.334 | 333.367 | 343.101 | 357.389 |
| Passivo | | | | |
| <i>Passivo não corrente</i> | | | | |
| Provisões | 2.096 | 1.632 | 1.689 | 1.746 |
| Financiamentos obtidos | 0 | 15.000 | 15.000 | 15.000 |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego | 2.179 | 2.129 | 2.078 | 2.028 |
| Passivos por impostos diferidos | 3.316 | 3.882 | 4.448 | 5.014 |
| Bens reversíveis - Rendimentos a reconhecer | 62.013 | 57.281 | 52.749 | 48.218 |
| Outras contas a pagar | 66.613 | 64.831 | 63.048 | 61.266 |
| <i>Passivo corrente</i> | | | | |
| Fornecedores | 674 | 505 | 528 | 589 |
| Estado e outros entes públicos | 1.392 | 1.297 | 1.539 | 1.872 |
| Financiamentos obtidos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outras contas a pagar | 5.321 | 4.544 | 4.544 | 5.661 |
| Diferimentos | 7.281 | 7.215 | 7.014 | 7.014 |
| Total do passivo | 150.886 | 158.316 | 152.638 | 148.408 |
| Total do capital próprio e do passivo | 476.220 | 491.683 | 495.739 | 505.797 |

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS



Ao Conselho Fiscal da
Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA

***Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o Orçamento e
Demonstrações Financeiras Previsionais para o exercício de 2014
(revisão de abril de 2014)***

Introdução

1 Na sequência da solicitação efetuada pelo Conselho Fiscal da APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA (adiante designada por “Empresa” ou “APS”), procedemos à revisão do Orçamento e Demonstrações Financeiras Previsionais para 2014, incluídos no “Plano de Atividades e Orçamento (revisão de abril de 2014)” da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA.

Responsabilidades

2 A preparação e apresentação da informação financeira prospetiva, acima referida, é da responsabilidade do Conselho de Administração.

3 Por solicitação do Conselho Fiscal, decorre a nossa responsabilidade de dar um parecer sobre a referida informação financeira com base na revisão efetuada.

Âmbito

4 Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 5 abaixo, a nossa revisão foi efetuada de acordo com as recomendações divulgadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e, consequentemente, inclui os procedimentos que tivemos por necessários para avaliar os pressupostos usados e a preparação e a apresentação da informação prospetiva.

Reserva

5 Conforme referido na Nota Introdutória do Plano de Atividades e Orçamento, por inexistência de informação disponível à data de preparação do Orçamento e Demonstrações Financeiras prospetivas, não foram incorporados quaisquer efeitos decorrentes da integração dos portos do Algarve, prevista no Dec. Lei nº 44/2014, de 20 março de 2014.

Conclusão

6 Baseados na nossa revisão dos suportes dos pressupostos e exceto quanto aos eventuais efeitos da situação referida no parágrafo nº 5 acima, nada chegou ao nosso conhecimento que dê lugar a crer que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões de 2014. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas para 2014, estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e tendo por base as políticas contabilísticas adotadas pela Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

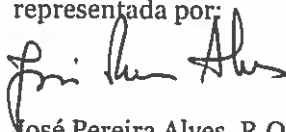
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Ênfase

7 Sem afetar a conclusão expressa no parágrafo nº 6 acima, chamamos a atenção de que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes. Dada a natureza da atividade da Sociedade, chamamos a atenção para a sensibilidade de alguns pressupostos e da informação financeira prospetiva preparada, face a determinadas variáveis macroeconómicas, decisões políticas e/ou sociais.

23 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



José Pereira Alves, R.O.C.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

SOBRE

O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA
2014

DA

A.P.S. – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.

Lisboa, 9 de maio de 2014

1. Introdução

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do artigo 16.º dos Estatutos da APS. - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.ºs 334/2001, de 24 de dezembro, 46/2002, de 2 de março, 95/2010, de 29 de julho e 44/2014, de 20 de março, conjugado com as alterações aprovadas na Assembleia Geral realizada em 18 de abril de 2008 e com a alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), o Conselho Fiscal emite o seu parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2014, apresentado pelo Conselho de Administração.

Pelo Decreto-Lei n.º 44/2014, de 20 de março, são alterados os Estatutos da A.P.S., S.A. aprovados pelo mencionado Decreto-Lei n.º 337/98, passando assim a ter por objeto a administração dos portos de Sines, de Faro e de Portimão.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2014 tem por referência as indicações transmitidas no ofício circular 7037, de 21 de novembro de 2013, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Contudo, de acordo com o documento apresentado pelo Conselho de Administração sobre o Plano de Atividades e Orçamento, por dificuldades no apuramento de dados relevantes em tempo útil, para efeitos da atividade a desenvolver e dos dados financeiros, não foi considerada a integração dos portos de Faro e de Portimão, tendo sido salientado designadamente o seguinte:

- De acordo com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 44/2014, no prazo de 6 meses a contar da data de entrada em vigor deste diploma, é aprovada por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das infraestruturas portuárias, a avaliação do património do domínio privado do Estado que transitam ou ficam afetos à A.P.S., S.A.;
- A necessidade de identificação do quadro de pessoal, anteriormente afeto ao IPTM, a afetar à APS, S.A.;
- Identificação dos créditos concedidos a terceiros e das responsabilidades para com terceiros;

- A definição de um plano de investimentos que contemple as intervenções mais urgentes.

Por outro lado, importa referir que nas previsões de tráfego foi tida em conta a informação prestada pelos operadores que exercem atividade na mesma área portuária e industrial.

No que se refere ao Plano Estratégico da A.P.S., S.A., definido em 2009 e desenvolvido num horizonte temporal até 2015, o mesmo contemplava os seguintes objetivos:

- Consolidação do Modelo de Gestão como LandLord Port;
- Duplicar a movimentação de mercadoria entre 2005 e 2015;
- Afirmação do Porto de Sines como motor da atividade económica regional e nacional;
- Desenvolver a Info-estrutura portuária;
- Aumentar a segurança marítima e portuária.

O Conselho de Administração da A.P.S., S.A., considera que globalmente aqueles objetivos se encontram alcançados e ultrapassados e permitiram posicionar a sociedade num novo patamar de desenvolvimento que potencia o surgimento de novas oportunidades e novos desafios estratégicos, pelo que importa a elaboração de um novo Plano Estratégico para os Portos de Sines e do Algarve que tenha em conta a compreensão e sistematização das grandes tendências de evolução do mundo da logística em geral e do *shipping* em particular e respetivos impactos nos tráfegos e nos transportes, acrescido da integração dos portos do Algarve.

Para a emissão do presente Parecer o Conselho Fiscal teve por base a análise efetuada ao referido Plano de Atividades e Orçamento, assim como o correspondente Relatório do Revisor Oficial de Contas.

2. Análise do Plano de Atividades e Orçamento para 2014 proposto pelo Conselho de Administração

Do Plano de Atividades e Orçamento para 2014 parece-nos de relevar que o crescimento e desenvolvimento do Terminal XXI será o principal vetor de atuação, tendo em vista a consolidação do Porto de Sines no mercado de shipping mundial de contentores. Para o efeito é proposta a elaboração de um estudo sobre o impacto ambiental para a 3.ª fase de Ampliação do Molhe Leste e a realização de trabalhos de regularização de fundos na bacia de manobra do Terminal XXI, num valor estimado de 10 milhões de euros.

No que se refere aos principais resultados para 2014 são definidos pela Sociedade os seguintes indicadores previsionais:

- Volume de negócios – 39.490 mil euros
- EBITDA – 33.045 mil euros
- EBITDA ajustado – 21.846 mil euros
- Resultados líquidos – 12.650 mil euros
- Movimento de Mercadorias – 38.432 mil toneladas
- Prazo médio de pagamentos – 30 dias
- Plano de investimentos – 14.900 mil euros
- Margem do EBITDA ajustado – 55,32 %
- ROACE – 5,37 %
- Eficiência (Custos Operacionais/EBITDA ajustado) – 1,50
- Autonomia financeira – 67,80 %

Em termos globais o investimento previsto para 2014 é no montante de 14.900 mil euros, salientando-se o relativo à regularização de fundos na bacia de manobra do Terminal XXI, no montante de 10 milhões de euros. Importa referir, no âmbito dos investimentos, que à exceção da nova lancha de pilotos (180 mil euros) os investimentos correspondem a novos projetos e que o plano de investimentos será assegurado pela contratação do QREN-Empréstimo Quadro BEI, no montante 15 milhões de euros, a utilizar em 2014, 2015 e 2016, e o restante por fundos próprios.

Quanto à movimentação de mercadorias é previsto um aumento de 5,3% face ao realizado em 2013, explicado essencialmente pela previsão do crescimento da carga

contentorizada em 4,3% e de graneis líquidos em 4,8%, resultante, respetivamente, do desenvolvimento da atividade do terminal de contentores e da expansão da refinaria de Sines.

Quanto ao EBITDA é de referir que se perspetiva atingir em 2014 o montante de 33.045 mil euros, tendo-se situado em 2013 em 32.708 mil euros, o que representa um acréscimo na ordem de 1,0%.

Quanto ao Plano de Redução de Custos, tendo por base a orientação do acionista transmitida no mencionado ofício circular n.º 7037, de 21 de novembro, e atendendo a que o EBITDA é positivo, salienta-se que se prevê que o peso do agregado Fornecimentos e serviços externos, Custo das mercadorias vendidas e Gastos com o pessoal, excluindo as indemnizações por cessação de funções, no Volume de negócios seja de 38,1% em 2014, tendo esta percentagem sido de 38,5% em 2013, de 40,0% em 2012, de 41,5% em 2011 e de 50,6% em 2010.

No que se refere a gastos operacionais, na elaboração dos instrumentos previsionais de gestão para 2014, excluindo nos Gastos com o pessoal as indemnizações por cessação de funções, é apresentado um acréscimo de 3,3% e de 14,0%, quando comparados os montantes previstos para 2014 com os executados em 2013 e 2012.

Ainda em relação àquelas orientações, há que salientar que o valor orçamentado em 2014 no que se refere ao total das rubricas de despesas em deslocações, ajudas de custo e alojamento representa um diminuto acréscimo de 3.334 euros, embora correspondente a 11,8%, face ao valor gasto em 2013. Quanto a ajudas de custo aquele acréscimo é de 171 euros, representando um aumento de 1,8% em relação ao período homólogo de 2013. Estes aumentos são justificados pela necessidade de visitas do Conselho de Administração ao exterior integradas em delegações do Estado, tendo em vista o desenvolvimento da empresa e o processo de internacionalização da mesma.

No que respeita à orientação relativa a comunicações, a sociedade prevê um montante de 77.000 euros, valor inferior ao apurado em 2013 de 77.901 euros, dando assim cumprimento integral à mencionada orientação do acionista.

Quanto aos gastos com a frota automóvel, e mais concretamente à orientação para a redução do número de veículos do parque automóvel e a revisão das respetivas categorias, é referido que é necessário que seja efetuado um levantamento rigoroso da situação e das necessidades dos portos do Algarve prévio à adoção de medidas de racionalização da sociedade.

Quanto à evolução do número de efetivos 2012-2014, é indicado que existiam 172 colaboradores em 2012, prevendo a Sociedade a redução do número de colaboradores em 2014 para 157, representando um decréscimo de 8,7%, cumprindo a orientação de 3% referida nas orientações.

No que respeita ao rácio N.º de efetivos/Cargos de direção verifica-se um crescimento de 2 pontos percentuais entre 2011 (16,3) e 2014 (18,3) e ao rácio Gastos com cargos de direção/Gastos com o pessoal um decréscimo de 0,9% igualmente entre 2011 (9,1%) e 2014 (8,2%).

Em termos de política remuneratória, a A.P.S., S.A., tanto quanto é do conhecimento deste Conselho, toma em consideração, quanto às remunerações, o disposto na Lei do OE/2014 e na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, bem como a deliberação da Assembleia Geral de 22 de maio de 2011, sobre a atribuição de qualquer componente variável aos Órgãos Sociais.

No que se refere a endividamento, há que referir que no final de 2013 não existia qualquer endividamento bancário, prevendo-se para 2014 a contração de um financiamento no montante de 15 milhões de euros ao abrigo do QREN – Empréstimo Quadro BEI, complementar ao financiamento do Fundo de Coesão ao projeto POVT-11-0150-FCOES-000011 – “2ª Fase de Ampliação do Molhe Leste”. Salienta-se que a A.P.S., S.A., já obteve parecer favorável da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., às suas condições de financiamento, nomeadamente no que se refere à taxa de juro contratual de 3,901%.

Resultante da previsão de aumento da atividade portuária e da implementação do plano de redução de custos é estimado para 2014 um resultado antes de imposto no montante de 18.143 mil euros e um resultado líquido de 12.650 mil euros.

Saliente-se que, é ainda previsto um prazo médio de pagamentos de 30 dias, inferior em 1 dia em relação ao verificado em 2013.

3. Parecer do Revisor Oficial de Contas

O ROC no seu parecer vai no sentido de que, exceto quanto aos eventuais efeitos decorrentes da integração dos portos do Algarve, por não terem sido incorporados, as demonstrações financeiras estão devidamente preparadas, tendo em conta os pressupostos referidos no relatório e as políticas contabilísticas adotadas pela A.P.S., S.A..

O Relatório do ROC inclui:

- Uma reserva, por não terem sido incorporados os efeitos decorrentes da integração dos portos do Algarve, prevista no Decreto-Lei n.º 44/2014, de 20 de março, e
- Uma ênfase, no sentido de que os resultados reais poderão ser diferentes dos previstos e as variações materialmente relevantes, chamando a atenção para a sensibilidade de alguns pressupostos e da informação financeira prospetiva preparada face a determinadas variáveis macroeconómicas, decisões políticas e/ou sociais.

4. Parecer do Conselho Fiscal

Sobre a mencionada reserva e na medida em que não é possível quantificar, num curto espaço de tempo, os valores corretos resultantes da inclusão da transferência dos portos do Algarve, dada a data de entrada em vigor do respetivo diploma (21 de março de 2014), por forma a não ser posta em causa a atividade da Sociedade e o seu desenvolvimento dadas as implicações do previsto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, entende-se que a mesma não deverá prejudicar a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2014, agora apresentados, recomendando-se que na execução anual destes seja dado integral cumprimento à legislação em vigor bem como às recomendações do acionista.

Assim, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do artigo 16.º dos Estatutos da APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., na redação atual, e tendo em consideração a análise desenvolvida, os esclarecimentos prestados e os elementos disponibilizados, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, é de

parecer que seja aprovado o Plano de Atividades e Orçamentos para o ano de 2014,
apresentado pelo Conselho de Administração da A.P.S., S.A..

Em 9 de maio de 2014

A Presidente do Conselho Fiscal,

(Ana Paula Azurara)

Os Vogais do Conselho Fiscal,

(Teresa Moraes)

(Dino Santos)